

Luca Bussotti

Se “O Brasil ensina Moçambique, Moçambique também pode ensinar o Brasil”. Entrevista com a Professora Luiza Reis*

1. Professora Luiza já cumpriu a maior parte seu pós-doutoramento em Moçambique. Pode nos adiantar alguns dos resultados preliminares sua pesquisa sobre estudantes Moçambicanos retornados do Brasil e sua contribuição na pesquisa em Moçambique?

Cheguei à Maputo em junho de 2025 para o desenvolvimento da pesquisa vinculada à Universidade Eduardo Mondlane (UEM) com especial apoio do seu Centro de Estudos Africanos (CEA) e constante diálogo com a Universidade Técnica de Moçambique (UDM). Venho investigando dinâmicas de intercâmbio acadêmico entre o Brasil e os Palop, com destaque para Moçambique. Uma etapa importante da pesquisa é a realização de entrevistas com acadêmicos moçambicanos, preferencialmente da área das humanidades, cuja formação incluiu estágio no Brasil para realização de cursos de graduação, mestrado ou doutorado. A abordagem é qualitativa e visa analisar estudos de caso. É muito significativa a quantidade expressiva de acadêmicos com formação no Brasil, nas mais diversas áreas do conhecimento. O que revela a necessidade de novas pesquisas com abordagens mais amplas para dimensionar os contornos dessa dinâmica de, pelo menos, cinco décadas de intercâmbio.

Em relação à pesquisa que desenvolvo, busco elencar e analisar quais são as principais questões colocadas pelos meus interlocutores e interlocutoras - historiadores, sociólogos, antropólogos – quando relembram e refletem acerca de suas experiências de intercâmbio vivenciadas no Brasil. Neste ponto vale destacar meu interesse em analisar o modo pelo qual a experiência da pós-graduação em universidades brasileiras de excelência é capaz de proporcionar o desenvolvimento de variadas pesquisas com reconhecida qualidade e abordagens de temas e, sobretudo, com perspectivas mais críticas em relação às dinâmicas – políticas, culturais, educacionais - de ontem e de hoje na sociedade moçambicana. Nessa direção, e partindo dos dados já disponíveis, é possível afirmar que grande parte dos interlocutores apontam que teriam mais dificuldade de abordar determinados temas, ou chegar a determinadas conclusões se tivessem realizado a pesquisa no próprio país.

Segundo eles, isso teria relação direta com a estrutura oferecida para o desenvolvimento da pesquisa e com um ambiente sensível a certas perspectivas críticas e analíticas.

Importa situar que no decorrer da pesquisa avançaremos sobre a análise de experiências de diferentes gerações dos interlocutores, seus principais temas investigados, incluindo a diversidade de perfil e de região de origem e destino desses pesquisadores. Também interessa analisar como a experiência no Brasil favorece, ou não, a constituição de redes de pesquisa capazes de contribuir para o desenvolvimento de instituições moçambicanas.

2. A Luiza esteve pela primeira vez num país africano durante um período tão longo. Como é que foi a sua percepção de um país como Moçambique, depois da sua pior crise pós-eleitoral e ainda a procura de meios para encontrar vias pacíficas de convivência?

Durante a pesquisa do doutorado, investigando iniciativas pioneiras de intercâmbio acadêmico entre o Brasil e países africanos, voltadas sobretudo para a África ocidental, tive a oportunidade de consultar arquivos nigerianos (Reis, 2021). Neste momento em que a pesquisa se volta para dinâmicas contemporâneas do intercâmbio com Moçambique, a oportunidade de desenvolver todo o pós-doutoramento no país é de grande relevância pois permite vivenciar o país para além das impressões iniciais quando os esforços, muitas vezes, se dão no sentido de destacar, por um lado tudo aquilo que é belo, interessante, turístico e, por outro lado, enfatizar apenas o que pode ser aproveitado na pesquisa em curso. Ao contrário, quando se vive um tempo maior em qualquer lugar as impressões iniciais ganham profundidade e as complexidades da realidade não podem (ou não deveriam) ser ignoradas.

Cheguei à Maputo em junho de 2025, mês e ano em que marcou os cinquenta anos de independência do país. Particpei da conferência organizada pela Universidade Pedagógica, na qual, dentre as diferentes considerações dos mais destacados intelectuais, marcou-me a fala do filósofo Severino Ngoenha quando disse que o país parecia estar dividido entre os “moçambicanos que têm tudo e o os moçambicanos que nada têm” (Ngoenha, 2025). Ou seja, era necessário atentar para as gritantes disparidades sociais de Moçambique contemporâneo. De modo mais amplo, nos espaços acadêmicos e extra-acadêmicos que frequentava, havia um silêncio cortante sobre as manifestações pós-eleitorais ocorridas meses antes e que vitimou mortalmente centenas de pessoas. Se eu fosse uma turista ou uma pesquisadora desavisada, poderia pensar que não ocorrera absolutamente nada de significativo no período pós-eleitoral das últimas eleições

presidenciais. Um exemplo nesse sentido, foi quando perguntei a um motorista de aplicativo de transporte a respeito de eu não ouvir quase nada sobre tais acontecimentos, ele encerrou a conversa numa frase que disse e repetiu: “As pessoas estão com medo”.

Porém, com o avançar dos meses em Maputo, notei que há um espaço importante de debate intelectual e ativista sobre questões políticas. Sempre está acontecendo alguma palestra, roda de conversa, lançamento de livro no qual as pessoas estão a discutir as questões da política nacional. Isso se estende aos bares onde as opiniões podem assumir posturas mais críticas ou mais apaixonadas. Foi especialmente nesses lugares que pude ouvir mais considerações sobre as manifestações, e dialogar com pessoas que dela participaram. Tanto nos espaços formais quanto informais há grandes esforços para promover o diálogo e evitar novo acirramento da situação. Contudo, do que pude perceber em Maputo, há uma divisão entre aqueles considerados como “quem pensa” e “quem não pensa”, entre os letrados e os não letrados, entre os que são legitimados como autorizados a participar do debate público sobre os rumos do país e quem está dele excluído. Torna-se evidente que para buscar vias pacíficas de convivência é necessário construir um diálogo mais amplo, considerando os segmentos sociais que há muito tempo não vem sendo considerados nas discussões e decisões políticas do país e perfazem os estratos sociais e econômicos mais baixos da sociedade.

Há esforços para o fortalecimento de instituições da sociedade civil, para a promoção do diálogo, mas que ainda podem ser considerados tímidos no sentido de impactar a política nacional. De tal modo que, conforme afirmou Kátia Taela, há um aparente silêncio, mas esse silêncio faz parte de uma estratégia de apagamento da memória das manifestações. De acordo com a antropóloga que atualmente desenvolve pesquisa relacionada ao tema, as pessoas, sobretudo os jovens, já não são mais os mesmos após uma experiência tão intensa de reivindicação e violência e continuam a pensar com os seus sobre mudanças necessárias no país (Taela, 2025).

3. Nesses meses frequentou a academia moçambicana. Que diferenças notou com a academia brasileira, e que tipo de colaboração poderá ser desenvolvida entre instituições de ensino superior dos dois países?

Com todas as dificuldades históricas que conhecemos em relação à universidade moçambicana é evidente o alto nível do debate travado no âmbito das humanidades. Essa constatação foi compartilhada por outros pesquisadores brasileiros com que pude dialogar

na cidade. Destaco a experiência do CEA considerado por muitos como a base das Ciências Sociais moçambicanas. Há uma tradição de pesquisa coletiva, escrita coletiva que precisa ser revisitada. Alguns pesquisadores brasileiros compartilharam dessa experiência, nos anos 80, 90 espero aprofundar isso no meu trabalho. Vale situar que destaco o alto nível do debate acadêmico em Moçambique, não porque se trata de algo inesperado para uma universidade no continente africano, mas porque, muitas vezes, vamos ao campo de pesquisa muito focados em atender apenas nossa própria agenda cujas questões norteadoras, hipóteses e argumentos trazemos previamente elaborados dos nossos países. O problema é que, muitas vezes, perdemos a oportunidade de estabelecer diálogos mais frutíferos com espaços importantes de produção do conhecimento que oferecem outros pontos de vista sobre o mesmo tema. Nesse caso, é importante discutir o modo pelo qual, muitas vezes, esses espaços podem ser mal dimensionados pelo Brasil que analisa as instituições a partir dos indicadores de produção elaborados segundo um determinado critério. Em suma, as Ciências Sociais e Humanas são muito importantes para a reflexão acerca da sociedade moçambicana de modo que há um esforço especial para sua produção ainda que as dificuldades de estrutura e financiamento sejam significativas.

Por outro, diferente do Brasil, que tende a realizar o maior número de atividades possíveis quando conta com a presença de pesquisadores estrangeiros, notei que na academia moçambicana há um cuidado especial com pessoas que não fazem parte daquele círculo. Os pesquisadores são muito ciosos desse espaço de produção e discussão que construíram estabelecendo limites iniciais com os pesquisadores até então desconhecidos. Acredito que isso pode estar relacionado ao grande assédio de instituições financiadoras do norte global, e seus pesquisadores, que na maioria das vezes dita a agenda de pesquisa. Isso pode ser decorrente da experiência com ambiente político autoritário no qual, expor abertamente o que produz, pode resultar em repercussões negativas às instituições ou aos pesquisadores em particular. Daí o cuidado com quem pode, institucionalmente, fazer parte dele.

Em relação ao incremento do intercâmbio Moçambique-Brasil, sabemos como é expressivo o número de discentes de graduação e pós-graduação moçambicanos em instituições brasileiras. É crescente o número de brasileiros que desenvolvem estágios de pesquisa em Moçambique como parte da pesquisa de mestrado ou doutorado. Ou como no meu caso, pós-doutoramento. Nos últimos doze meses, fazendo uma contagem

informal de pessoas que conhecemos ou tivemos notícia, chegamos ao número de cerca de 70 pesquisadores brasileiros a circularem em Moçambique. O Brasil também recebe, eventualmente, pesquisadores e escritores expoentes moçambicanos para o desenvolvimento de atividades. De modo que podemos constatar que o intercâmbio acadêmico entre Brasil e Moçambique avança num crescente. Se quisermos incrementar esse intercâmbio devemos investir mais esforços em relações mais horizontais. Conforme os dados anteriores, Moçambique ainda envia ao Brasil estudantes para formação, e o Brasil envia para Moçambique pesquisadores em formação para estágios de pesquisa. Essa assimetria pode ser evidenciada em uma das entrevistas que realizei em Maputo, na qual a interlocutora afirmou que “O Brasil ensina Moçambique” (Taela, 2025). A partir disso, penso que devemos avançar para a constatação de que Moçambique também pode ensinar o Brasil. E os inúmeros debates em áreas como filosofia, literatura, sociologia, história realizados em espaços acadêmicos e não acadêmicos de Maputo, vivenciados durante a pesquisa de campo, somado a vasta produção intelectual feita em Moçambique é um indício de como aprendemos, e muito, com Moçambique e não apenas “ensinamos”. Para isso, há que se fomentar, por exemplo, a circulação de jovens pesquisadores doutores moçambicanos na universidade brasileira. Registrei noutra entrevista, de um pesquisador que realizou seu mestrado e doutorado com as melhores notas numa universidade brasileira de excelência que o “o Brasil forma e dá tchau”. Portanto, penso ser imprescindível favorecer a circulação de pesquisadores e fomentar projetos de pesquisa que repercutam nos dois países de forma mais horizontal.

4. De forma mais abrangente: o presidente Lula, durante a sua estadia em Maputo, esteve em Moçambique, recebendo um Honoris causa pela Universidade Pedagógica de Maputo. A questão é a seguinte: Moçambique é hoje considerado como sendo um país autoritário, ao passo que Lula está projetando a imagem de um Brasil inclusivo e democrático. Acha que o Brasil pode e deve continuar a cooperar com Moçambique, ignorando os mecanismos de repressão do Estado moçambicano, que contradizem os princípios democráticos promovidos por Lula?

No que se refere a cerimônia de concessão do título de doutor honoris causa pela Universidade Pedagógica de Maputo, foi a primeira oportunidade em que pude ver e ouvir o presidente Lula ao vivo. A eloquência de seu discurso impressionou, ainda que não tenha tomado notas detalhadas do que foi dito. Contudo, foi marcante como o discurso seguiu num crescente retórico de modo que a cada fala era interrompido com aplausos

cada vez mais efusivos. Confesso que em algum momento, talvez enquanto falava da importância da educação que em seu governo passou a ser tratada como investimento e não como gasto, pensei o que estaria a passar na cabeça do presidente moçambicano sentado logo à frente e, em última instância, o promotor daquela homenagem. Sabemos que as ações do presidente anfitrião, em relação à educação, vão no sentido contrário ao que afirmava Lula. E não só. Essa contradição foi amplamente repercutida por centenas de moçambicanos após a cerimônia em diferentes espaços como a mídia independente e as redes sociais que funcionam como um importante veículo de debate público no país. De todo modo, conforme a questão aponta, o governo moçambicano é atualmente caracterizado como um estado (quase) autoritário enquanto o Brasil é um país referência em democracia (não sem problemas). Então chegamos à questão colocada: o que justificaria a aproximação de chefes de estado com perfis e práticas opostas?

As relações contemporâneas entre o Brasil e determinados países africanos foram retomadas na década de 1960. À época, o Brasil priorizou países já independentes como Gana, Senegal e Nigéria em detrimento de apoiar países que lutavam pela descolonização como Moçambique, Guiné-Bissau e Angola. Para estes o apoio chegou somente após a independência e muitas críticas. De lá pra cá, com tanta instabilidade, avanços e retrações, as relações Brasil-África foram caracterizadas como transitórias. É importante observar que os países com os quais o Brasil mais estreitou relações eram aqueles com quem mantinha as relações comerciais mais significativas a exemplo da Nigéria nos anos 1970 e África do Sul nos anos 1980. É fato que nos governos do presidente Lula¹, no século XXI, houve esforços significativos para o incremento de relações com diversos países africanos, com destaque para os PALOP. Contudo, o estabelecimento de acordos e projetos capitaneados por empresas brasileiras seguem em destaque. Todos conhecem a tentativa de implementação do megaprojeto Pró- Savana no norte de Moçambique, assim como pela atuação da empresa brasileira Vale, que teve apoio político do presidente Lula, desde seu primeiro mandato, para se instalar em Moçambique. Muitos foram os movimentos sociais que se opuseram a realização dos reassentamentos da Vale e do desenvolvimento do Pró-Savana que foi descontinuado, sobretudo, devido ao desinteresse do governo brasileiro Temer (2016-2018) em seguir com tal iniciativa.

¹ 2003-2011; 2023-atual.

Mesmo que não tenham sido o tema principal da alocução, a Vale e a possibilidade de negócios com empresas brasileiras foram citadas no discurso de Lula que antes da cerimônia de recebimento do título se reuniu com empresários brasileiros que vivem em Moçambique e que foi transmitida online. O presidente reiterou como a parceria comercial Brasil-Moçambique havia sido frutífera nos primeiros mandatos e como poderia voltar a crescer. Vale destacar que Lula não esteve em Moçambique apenas para receber o *Honoris causa*, mas também para assinar acordos de cooperação em diferentes áreas. Portanto, se os acordos e transações comerciais são o ponto mais forte das relações entre os dois países, dificilmente o presidente anfitrião estaria em desacordo com a presença de Lula. A contradição inicial entre os dois governos de orientações políticas diferentes não impede parcerias nos negócios. Certamente ambos ganham. Em adição, como observou o sociólogo Luca Bussotti, ao se aproximar de Lula, o presidente moçambicano busca melhorar a imagem internacional do país.

Diante do exposto ressaltamos que é preciso desromantizar as relações sul-sul. Relações envolvem hierarquias, interesses, diferenças (Taela, 2017). E acrescento: como Brasil pode estar promovendo reparação histórica – discurso recorrente de Lula no continente africano referindo-se a história da escravidão afro-atlântica – quando os grandes favorecidos nas relações contemporâneas são empresários de ambos os lados? Se é para promover a reparação, quais ações são ou serão desenvolvidas pelo Brasil para contribuir com a democratização do estado moçambicano, como a garantia de direitos e favorecimento dos mais excluídos?

5. Última questão: o que vai levar na sua mala, em termos materiais e simbólicos, de Moçambique para Brasil, não apenas do ponto de vista profissional, mas como mulher afro-brasileira também?

Certamente levarei livros, incluído alguns que me foram apresentados na biblioteca comunitária Casa do Professor, objetos e criações produzidas no Núcleo de Artes. Espaços estimulantes nos quais vivenciei momentos ímpares e que possibilitaram a construção de uma importante rede de acadêmicos, artistas, integrantes da sociedade civil, em Maputo.

Eu vim a Maputo para me inspirar. A intensidade das tensões e cobranças para uma professora negra exercer seu trabalho na academia brasileira, sobretudo em tempos de ataques incessantes as políticas afirmativas voltadas para pessoas negras na educação

superior, há tempos havia me deixado desmotivada. E um sintoma evidente desse desestímulo era a dificuldade de escrever. Na universidade brasileira, para os docentes vinculados a programas de pós-graduação, o ritmo de publicações deve ser intenso. Diante de tamanha exigência, muitas vezes os docentes que mais publicam apenas remodelam antigos textos. Na minha universidade, eu estava sendo constantemente confrontada, por um lado, com a valorização de docentes que publicam bastante, mas seus temas e abordagens pouco contribuem com um debate qualificado nas humanidades, e, por outro, com o desinteresse (ou desprezo) pelos temas da história africana contemporânea com os quais trabalho. Fator decisivo foi o desenrolar de acontecimentos violentos envolvendo estudantes e pesquisadores africanos no campus. Neste cenário, resolvi ousar. Investi numa pesquisa com elementos novos: com um recorte temporal novo e situada num país novo para mim.

Em Moçambique, onde a elaboração e manutenção de pensamento crítico requer esforços que parecem inimagináveis, e em diálogo com pesquisadores destacados como Severino Ngoenha, Teresa Cruz e Silva, Colin Darch, dentre muitos outros, venho repensando sobre o que escrever e para quem escrever. Quero aproveitar o tempo que tenho aqui para escrever. Então, o que espero levar na mala é um texto novo!

Pensou que eu abordaria ancestralidade, religiosidade, estética negro-africanas? São temas importantes, mas os deixaremos para novas conversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NGOENHA, S. (2025). Moçambique, 50 anos de turbulência. <https://www.severinongoenha.com/p/mocambique-50-anos-de-turbulencia>.

REIS, L. (2021). *Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)*. Recife: EdUFPE, 2021. <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/716> | Editora UFPE.

TAELA, K. (2025). Entrevista concedida a Luiza Reis, Maputo.

TAELA, K. (2017). *Identity and Agency In South-South Interactions: Brazilian Development Workers And Mozambique*. Institute of Development Studies. Falmer: University of Sussex. <https://aliadasemmovimento.org/site/wp-content/uploads/2020/07/Taela-Ka%CC%81tia-Identity-and-Agency-in-South-South-Relations-Brazilian-Development-Workers-and-Mozambique.pdf>.

*Luiza Reis é Professora de História de África na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Entre 2025 e 2026 desenvolveu seu programa de pós-doutoramento em Moçambique, com financiamento da CAPES, em Moçambique, sob a supervisão do Prof. Luca Bussotti.